

PP-1PBR-00815 – Gerir Processo de Direitos Humanos

O padrão estabelece orientações para a implementação e gestão da agenda de direitos humanos na Petrobras, alinhada às políticas internas e compromissos institucionais. Abrange prevenção, monitoramento e mitigação de riscos relacionados a direitos humanos, incluindo diversidade, equidade e inclusão, e devida diligência em toda a cadeia de valor. Define a governança, capacitação, gestão de contratos e prestação de contas para fortalecer a cultura de respeito e proteção aos direitos humanos. Visa assegurar o alinhamento transversal da companhia com princípios internacionais e a sustentabilidade social do negócio.

PE-1PBR-01642 - Avaliação de Riscos e Impactos na Devida Diligência de Direitos Humanos na Petrobras

Este padrão orienta a identificação, avaliação e mitigação dos riscos e impactos relacionados aos direitos humanos nas operações da Petrobras, especialmente em E&P, Refino e Gás. Inclui etapas detalhadas como análise documental, engajamento com detentores de direitos, visitas de campo, avaliação de severidade dos riscos e elaboração de planos de tratamento. Define papéis e responsabilidades para garantir monitoramento contínuo e comunicação transparente com as partes interessadas. O objetivo é promover a prevenção de impactos negativos e fortalecer a gestão responsável dos direitos humanos na companhia.

PP-1PBR-00810 – Gerir Riscos Sociais em todo o Ciclo de Vida dos Negócios

O padrão estabelece diretrizes para a identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos sociais relacionados às atividades da Petrobras ao longo de todo o ciclo de vida dos negócios. Abrange as fases de investimento, operação, descomissionamento, hibernação, fusões e aquisições, contemplando diferentes públicos de interesse, como comunidades, fornecedores, público interno e parceiros de negócio. Define responsabilidades, metodologias e instrumentos para garantir a mitigação dos impactos sociais, alinhados às políticas corporativas e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O padrão busca assegurar a sustentabilidade social dos negócios, a licença social para operar e o fortalecimento da governança em responsabilidade social na companhia.

DI-1PBR-00429 – Proteção a Vítimas de Violências no Trabalho

O padrão trata da diretriz da Petrobras para prevenção, tratamento e proteção de vítimas de violências sexuais e violência no trabalho, aplicável a toda força de trabalho própria e contratada. Estabelece medidas para garantir ambientes seguros, suporte jurídico e psicológico, além de procedimentos para denúncias, acordos e afastamentos. A diretriz reforça o compromisso com integridade, respeito e proteção dos direitos humanos no ambiente laboral.

PP-1PBR-00946 – Tratamento e Monitoramento de Denúncias de Relações de Trabalho

O padrão estabelece procedimentos detalhados para o recebimento, classificação, tratamento, apuração, monitoramento e encerramento de denúncias relacionadas a Relações de Trabalho, incluindo violências sexuais e no trabalho. Define papéis e responsabilidades da Ouvidoria-Geral, áreas apuradoras e demais envolvidos, assegurando imparcialidade, confidencialidade e proteção às vítimas. O processo prioriza a transparência, a comunicação adequada com os denunciantes e a aplicação de medidas disciplinares quando necessárias. Visa garantir um ambiente de trabalho seguro, respeitando direitos humanos e fortalecendo a integridade corporativa.

PP-1PBR-00180 – Realizar Contencioso

O documento define diretrizes para condução do processo contencioso na Petrobras, visando defesa estratégica dos interesses da companhia, mitigação de riscos e geração de informações confiáveis. Estabelece papéis e responsabilidades do Jurídico e das unidades envolvidas, detalhando procedimentos para controle de entradas, análise jurídica, solicitação de subsídios, elaboração de peças processuais, gestão de garantias e encerramento de processos. Inclui orientações sobre uso do sistema PJUR, prazos, comunicação interna e compliance com normas como SOx e CVM. O padrão também trata de contingências ativas, parcerias, auditorias e divulgação de fatos relevantes ao mercado.

PE-2JUR-00047 – Aplicação dos Limites de Competência para o Processo Gerir Contencioso

Este padrão define as diretrizes para aplicação dos limites de competência na gestão do contencioso jurídico da Petrobras, visando decisões ágeis, integradas e eficientes na defesa dos interesses da companhia. Abrange autorizações para desistência, suspensão e propositura de ações, acordos judiciais, pagamentos, garantias e cessão de créditos, conforme valores e níveis hierárquicos definidos.

Estabelece critérios claros de delegação, procedimentos e responsabilidades para assegurar uniformidade e conformidade nas decisões jurídicas. O padrão reforça a governança jurídica com controles para preservar a estratégia e integridade da Petrobras em processos judiciais.